



IMÓVEIS PÚBLICOS: GARANTIAS DE CRÉDITO PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

 **FGV PROJETOS**



SUMÁRIO EXECUTIVO

O surgimento do novo coronavírus, denominado pela comunidade médica como Covid-19, tem causado graves efeitos para a economia mundial. No Brasil, as medidas tomadas para o combate à pandemia têm **levado a paralisação de diversos setores da economia**, com impactos dramáticos para as micro e pequenas empresas (MPEs). Um segmento que, previamente a essa crise, já enfrentava desafios diários para a sua sobrevivência.

Essas externalidades negativas têm tornado o crédito bancário mais escasso e dispendioso. Fato este que torna ainda mais grave a **situação financeira das MPEs** que dependem de maior liquidez para realizar transações como: movimentações financeiras, compra de estoque, pagamento de funcionários e obrigações diversas.

Segundo informações do SEBRAE, as micro e pequenas empresas eram responsáveis por **30% do PIB brasileiro** (SEBRAE, 2020). Nesse contexto, urge a necessidade de que os tomadores de decisão empreendam esforços para a criação de mecanismos de crédito que permitam mitigar os efeitos nefastos da pandemia para as MPEs. Entretanto, para que sejam estabelecidos tais mecanismos de crédito, é necessário que se **definam contrapartidas**, para garantir aos agentes financeiros a **mitigação dos riscos associados à oferta de tais soluções**.

Atualmente, diversas instituições financeiras oferecem linhas de crédito para amparar essas empresas durante o período das restrições de funcionamento provocadas pela pandemia. Entretanto, possuem uma extensa gama de variação quanto as condições de juros, carência e garantias. Esses fatores comumente são atrelados a solvência e tamanho das empresa.

Como exemplo, na última quinzena de março, a Caixa Econômica Federal anunciou o lançamento de uma linha de crédito destinada aos micro empreendedores individuais, micro e pequenas empresas. O total de recursos aportado pela instituição totaliza R\$ 7,5 bilhões. Outras linhas e disponibilização de recursos continuam a aflorar enquanto o crise se aprofunda. Entretanto, os pequenos empresários reagem com ceticismo a essa oferta ao passo que as instituições financeiras classificam esse segmento como de alto risco e colocam diversos obstáculos para o acesso a essas linhas de crédito.

Os pequenos negócios frequentemente sofrem com dificuldades de acesso ao crédito, devido em grande parte a necessidade de garantia pelas instituições que emprestam os recursos. As formas tradicionais de garantias de crédito (por exemplo, fiança, avalista e cartas de garantia), muitas vezes dificultam ou até mesmo tornam proibitivos os juros a serem pagos pelas empresas. Portanto, faz-se mister a criação de **mecanismos robustos e vantajosos** tanto para os empresários como para as instituições que oferecem as linhas de crédito.

Uma alternativa encontra-se na constituição de **Fundos de Investimento Imobiliários** (FII's). Os FII's são amplamente utilizados no âmbito privado e, recentemente, o setor público também tem buscado explorar suas potencialidades em áreas como o apoio ao planejamento estratégico dos governos e a implementação da governança pública. Como exemplo, os governos estaduais já planejam a utilização de ativos imobiliários públicos como fontes de renda para auxiliar em questões prementes como a dívida do sistema previdenciário.

A capitalização de bens imóveis públicos em FII's pode **incrementar a criação de garantias de crédito** para que os entes financeiros aumentem sua capacidade em ofertar recursos para as MPEs. Os ativos imóveis públicos podem se tornar fonte de renda tanto pelo uso ou por alienação. Entretanto, para que isso se torne possível, os bens devem ser devidamente regularizados e avaliados.

A identificação e regularização de ativos públicos ociosos representa uma **oportunidade dupla para tomadores de decisão**. Urge, portanto, a necessidade em agilizar o processo de avaliação e mensuração de tais bens. Para isso, uma das opções é buscar em soluções vigentes na esfera privada, um meio para otimizar o processo e assim torná-los fonte de recursos para flexibilizar a capacidade das instituições financeiras em oferecer linhas de crédito ao mesmo tempo em que mitigam os riscos associados.

Esta nota técnica tem como objetivo apresentar conceitos básico sobre essa questão e uma proposta de um framework para orientar a criação de um **Fundo Garantidor de Crédito** (FGC) através da **capitalização de imóveis públicos por intermédio de FII's**, tendo como destinação a oferta de crédito através de instituições bancárias para as MPEs que, como dito, estão sendo dramaticamente afetadas pela crise econômica decorrente do combate a propagação do novo coronavírus (Covid-19) em território nacional. **Resalta-se que a União Federal pode ser considerada a “maior imobiliária do Brasil” com mais de 680 mil imóveis em sua carteira esperando por uma gestão mais eficiente para a economia e a sociedade.**



CONTEXTO

Em números da segunda quinzena de Abril, o Covid-19 já havia infectado um número superior a **3 milhões de pessoas no mundo inteiro**. A busca por uma vacina tem sido feita nos diversos países. Ainda que países como a Alemanha e o Reino Unido estejam obtendo resultados promissores em testes preliminares, os cientistas não tem uma previsão exata de quando será obtida uma vacina para imunizar a população em escala mundial.

O Covid-19 tem a capacidade em permanecer em superfícies por um longo período de tempo. Apresenta um alto nível de contágio. O vírus é extremamente hábil em enganar o nosso sistema imunológico, causar reinfeção e ainda possui diversas apresentações clínicas. O novo coronavírus possui também uma alta capacidade de mutação.

Sob esse contexto, autoridades do mundo inteiro apontam o **isolamento social** como a medida mais recomendada para ajudar a **conter a propagação do vírus**, e dessa forma, evitar o colapso do sistema de saúde.

Se por um lado a medida evita que se sobrecarregue os hospitais, por outro, a paralisação de grande parte das atividades econômicas, representa um **risco potencial para a sobrevivência de micro e pequenas empresas**. Esse segmento, que desde a recessão brasileira de 2014 a 2016 já vinham sofrendo seguidos revezes, enfrenta nesse momento de pandemia, talvez o seu maior desafio.

Em vista desse grave momento, o governo e as instituições financeiras tem buscado opções para socorrer os empresários das MPEs. Como exemplo, a Caixa Econômica Federal anunciou o lançamento de uma linha de crédito no total de R\$ 7,5 bilhões para esse segmento. Na Tabela 1, apresenta-se o total de crédito a ser disponibilizado, juros, prazos de carência e pagamento por categorias.

Tabela 1 - Limites de crédito - Caixa Econômica Federal

Porte	Crédito	Carência	Prazo de Pagamento	Taxa de Juros	Investimento Fixo e Capital de Giro Associado	Exportação Fase Pré-Embarque
Micro Empresas	Até R\$75.000	12 meses	30 meses	1,39% a.m.	Até R\$200.000	Até R\$300.000
Pequenas Empresas	Até R\$125.000	12 meses	36 meses	1,19% a.m.	Até R\$300.000	Até R\$500.000

Fonte: Globo.com (2020b)

O poder legislativo também se mobilizou para buscar opções de socorro aos empresários e preparou um projeto que disponibilizará um montante de R\$ 15,9 bilhões em moldes semelhantes aos da Caixa Econômica Federal para ser destinado a linhas de crédito para MPEs.

O projeto já havia passado pelo Senado, mas sofreu alterações da Câmara dos Deputados, devendo portanto, ser submetido a nova votação no Senado. Ao que tudo indica, deverá ser aprovado e assim habilitar as instituições financeiras a realizar operações com recursos próprios, tendo a União como garantidor de 85% do valor emprestado em caso de inadimplência. Com um limite de empréstimo de 30% do faturamento anual, o programa se destina a microempresas com faturamento de até R\$ 360.000 por ano e pequenas empresas, com faturamento entre R\$ 360.000 e R\$ 4,8 milhões ao ano (GLOBO.COM, 2020A). Na Tabela 2, apresenta-se a proposta aprovada pelo senado.

Tabela 2 - Limites de crédito- proposta em análise pelo Senado

Porte	Faturamento	Crédito	Garantia*	Carência	Prazo de Pagamento	Taxa de Juros
Micro Empresas	Até R\$360.000	Até R\$108.000	12 meses	8 meses	36 meses	Selic + 1,25% sobre o valor
Pequenas Empresas	Entre R\$360.000 a R\$4,8 milhões	Até R\$ 1.440.000	12 meses	8 meses	36 meses	Selic + 1,25% sobre o valor

* Empresas com menos de um ano de funcionamento a garantia pode chegar a um total de até 150% do valor contratado, mais os juros

Fonte: Globo.com (2020a)

O total do montante a ser disponibilizado, de acordo com o projeto é de R\$ 15,9 bilhões. Estima-se que 99% dos estabelecimentos comerciais no Brasil são do segmento de PMEs. Em números de 2019, o país possui aproximadamente 13,5 milhões de PMEs. Caso todos esses empreendedores decidissem acessar o crédito, o rateio para cada um se restringiria apenas a R\$ 1.777,00 a ser disponibilizado para cada empresário

O pequeno valor de rateio expõe ainda mais a gravidade da falta de recursos para amparar uma classe que foi responsável no ano de 2019 pela criação de 731.000 vagas formais. A crise provocada pela pandemia do Covid-19 torna dramática a situação das PMEs e afetar a sobrevivência de milhões de brasileiros que dependem desse segmento. Portanto, os tomadores de decisão precisam criar novas formas de ampliar as garantias para que as instituições financeiras aumentem sua capacidade de aportar recursos para as linhas de crédito a serem disponibilizadas para as MPEs.

Nesse contexto, essa nota técnica apresenta a proposta de um plano para orientar a criação de um Fundo Garantidor de Crédito (FGC) através da capitalização de imóveis públicos por intermédio de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs). Esse FGC tem como destinação a oferta de crédito através de instituições bancárias para micro e pequenas empresas (MPEs) que estão sendo afetadas pela crise econômica decorrente do combate a propagação do coronavírus (Covid-19) em território nacional.



PROPOSTA DE APOIO PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

OS FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIOS (FIIS) NA ESFERA PÚBLICA

No Brasil, os Fundos de Investimento Imobiliário (FII) foram criados pela Lei nº 8.668/1993 e, atualmente, são regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (CVM, 2008). Os FII não possuem personalidade jurídica e se constituem em um conjunto de recursos que são captados através de um sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo a sua aplicação também voltada à empreendimentos imobiliários.

Como os FII não possuem personalidade jurídica, o seu patrimônio é constituído pelos bens e direitos adquiridos pela instituição administradora, em caráter fiduciário” (artigo 6º da Lei nº 8.668/1993). Ou seja, a administradora “empresta” sua personalidade jurídica ao Fundo para viabilizar o registro (formalização) dos imóveis ou de outros ativos relacionados a empreendimentos imobiliários. O patrimônio dos FII é dividido em cotas, que podem ser negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários, de acordo com as regras da CVM. Entretanto, os cotistas não são proprietários/donos dos imóveis ou dos outros ativos relacionados a empreendimentos imobiliários

A política de investimento de um FII pode ser bastante diversificada, permitindo que sejam adquiridos imóveis urbanos ou rurais — sejam destinados a fins comerciais ou residenciais. Adicionalmente, os FIIs contemplam em sua política a aquisição de imóveis acabados ou em construção. De acordo com suas regras, é permitido ainda efetuar a compra de títulos correlatos ao setor imobiliário, assim como ações de companhias do setor.

Os FII são amplamente utilizados no âmbito privado, e recentemente, o setor público tem buscado explorar suas potencialidades para apoiar o planejamento estratégico dos governos estaduais e municipais (ZANANDREA, 2018; FARIA, 2019; SEFAZSP, 2019). No âmbito da União, o Banco do Brasil (BB), sociedade anônima aberta, de economia mista, cujo principal acionista é a União, em 2012, lançou um FII com a finalidade de captar recursos para expandir sua rede de agências. A estrutura seria: diversas agências bancárias de propriedade do BB foram alienadas para o FII, que, por sua vez, passou a alugar esses imóveis para o próprio banco. A destinação de investimento de um FII é definida em seu regulamento — podendo ser estabelecida uma política mais específica ou genérica.

No ano de 2017, o Governo Federal anunciou que criaria um fundo de investimento imobiliário, tendo como lastro uma parcela da carteira de imóveis da União (MEPDG, 2017). Sob esse aspecto, tanto a União como alguns estados tem buscado a constituição de FII como um instrumento para aprimorar a gestão de seus imóveis e captar recursos.

OS ATIVOS IMOBILIÁRIOS PÚBLICOS COMO FONTE DE RECURSOS PARA CONSTITUIÇÃO DE FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS (FIIS)

A definição de um bem público, determina que esses, são aqueles de posse de pessoas jurídicas de direito público interno (SOUZA, SILVA, 2012). Os ativos imobiliários públicos podem ser tornar fontes de renda para a composição de um Fundo Garantidor de Crédito (FGC) — seja através da obtenção de rendimentos gerados pelo uso ou alienação. Para que isso se torne possível, os bens devem se encontrar devidamente regularizados, o que se torna um obstáculo, ao passo que no Brasil, por diversas contingências, grande parte dos imóveis públicos não possuem seus registros regularizados. Como exemplo, a duplicidade na matrículas dos imóveis (CASTRO, 2018). Um outro ponto imprescindível para transformar tais ativos em fonte de recursos para os estados é verificar a viabilidade de alienação de tais bens. Para isso, é essencial observar a classificação dos bens imobiliários pertencentes aos entes públicos.

Considerando-se que a fruição dos bens se encontra limitada pelo atendimento do interesse público, a Lei nº 10.406/2002 define a classificação dos bens públicos como (i) de uso comum do povo, (ii) de uso especial e (iii) dominicais. No artigo 99 da Lei, os bens de uso comum do povo são rios, mares, estradas, ruas e praças. No mesmo artigo, os bens de uso especial são classificados como edifícios ou terrenos que sejam destinados a serviços e administração de entes públicos e suas autarquias. Carvalho, Costa e Oliveira (2010, p.845), ressaltam que a ausência do valor de permuta e a dificuldade em avaliar os bens públicos em moeda corrente, são os dois principais fatores para a não inclusão de bens comuns e de uso especial no patrimônio público.

Os bens dominicais são classificados como aqueles que constituem o patrimônio de pessoas jurídicas de direito público. Esses últimos, ainda que façam parte do patrimônio público, não tem a sua destinação pública definida. Desta forma, o modelo a ser sugerido para os bens afetados deve levar em conta as limitações implícitas e explícitas do bem, enquanto que o modelo a ser adotado para bens não afetados pode ser mais dinâmico, no sentido de explorar as vocações econômicas de cada ativo.

Os bens de uso comum do povo e os de uso especial são considerados afetados. Por outro lado, os bens dominicais se encontram na categoria dos desafetados. A distinção dos conceitos de afetação e desafetação com mais profundidade é relevante para o objetivo de aumentar a rentabilidade do Fundo Garantidor de Crédito.

A CAPITALIZAÇÃO DE IMÓVEIS PÚBLICOS COMO FONTE DE APOIO A OFERTA DE CRÉDITO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPES)

Os imóveis públicos representam uma potencial fonte de recursos para os entes federativos. Como visto, os imóveis afetados possuem limitações explícitas e implícitas, de forma que o uso vocacional do imóvel é limitado. Não é válida, portanto, a constituição de estruturas financeiras ou fundos de investimento, tendo em vista que a utilização do imóvel é unívoca e pré-condicionada. A exploração destes ativos, por outro lado, não é vedada.

Pelo contrário, é desejável que tais ativos sejam incorporados ao patrimônio público de forma que sua utilização possa, de um lado, atender ao interesse público primário ao qual o bem se destina, e, de outro lado, possa sua renda ser vertida para fomentar o interesse público. Por exemplo, na formação do patrimônio do fundo previdenciário público e na criação de um fundo garantidor de crédito para micro, e pequenas empresas.

Em recente estudo, Faria (2019, P.55) realizou uma análise comparativa dos FIs de dois institutos e dentre suas conclusões aponta que os FIs se traduzem em uma financeirização de ativos do Estado, submetendo-os a gestão, comercialização e alienação por regime privado. Entretanto, esse processo é subordinado ao controle público — ao passo que a titularidade dos ativos ainda é do ente federativo.

A capitalização desses recursos pode ser obtida através do uso de ou da alienação de tais ativos. Dessa forma, a estruturação de uma operação que vise constituir um Fundo Garantidor de Crédito deve ser organizada em etapas a serem desenvolvidas em um período de 9 a 12 meses. Para isso, é necessário a coordenação de processos que permitam avaliar a situação de imóveis pertencentes aos entes públicos e finalmente, definir a melhor forma de capitalização dos bens a partir de cada caso.

Na Figura 1, apresenta-se a proposição de um framework para orientar a coordenação da capitalização de imóveis públicos por intermédio de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs). Esses, por sua vez, podem ampliar as garantias com fins de fomentar a oferta de crédito para micro e pequenas empresas (MPEs).

Figura 1 - Framework para a Constituição de Fundos de Investimento Imobiliários para Fomentar a Ampliação da Oferta de Crédito Através de um Fundo Garantidor de Crédito (FGC)





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, entende-se que a constituição de FIs como um mecanismo para ampliar a oferta de crédito, se mostra uma alternativa factível e eficaz para enfrentar esse momento de crise, amparar os pequenos empresários e paralelamente, fomentar a desmobilização de imóveis desafetados. No presente momento, as instituições financeiras que disponibilizaram linhas de créditos para micro e pequenas empresas, apresentam taxas de juros que variam entre 0,41 % a 10,99% ao mês (ESTÁTICO1, 2020). Em contrapartida a oferta de linhas de crédito, as instituições financeiras exigem avalistas, cartas de garantia de Sociedades Garantidoras de Crédito (SGC), fiança, além de recebíveis e ativos das empresas.

A constituição de um FGC lastreado em Fundos de Investimento Imobiliários tem a capacidade em oferecer aos empresários desses segmentos uma maior flexibilidade nas negociações em prazo, juros, carência e tipos de produto. Pois permite uma gestão mais eficiente e dinâmica dos bens ao mesmo tempo que oferece um robusto sistema de funcionamento, normas, fiscalização e prestação/divulgação de informações. Entretanto, é necessário obedecer a etapas e processos bem definidos para que o objetivo final — a ampliação da oferta de crédito para micro e pequenas (MPEs) — possa ser atingido com eficiência.

Essa transformação de ativos mal gerados em prol das micro e pequenas empresas pode ser uma alternativa interessante para sairmos de uma das piores crises que o Brasil já viveu.

AUTOR

MAURICIO WANDERLEY ESTANISLAU DA COSTA

Mauricio Wanderley Estanislau da Costa é mestre em Gestão de Serviços e da Tecnologia no ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa), é certificado no Pré-Master Internacional em Gestão de Serviços e Operações pela Fundação Getulio Vargas, possui Pós-Graduação em Administração pela Sociedade Desenvolvimento Empresarial (atual IBMEC) e é



graduado Ciências Contábeis pela Federação das Faculdades Celso Lisboa. Pesquisador do Centro de Competitividade da EBAPE FGV. Possui mais de 30 anos de experiência em atividades de auditoria, contabilidade e consultoria em gestão empresarial e é sócio fundador da MPCN Sistemas Contábeis e Auditoria S/S e gerente executivo da FGV. Foi membro do Conselho Fiscal da Light S/A e atualmente é Membro do Conselho Fiscal da JBS S/A é ainda afiliado ao Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos Financeiros, Administração e Contabilidade e do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Ministra palestras e cursos na FGV nas áreas de contabilidade, gestão empresarial, finanças e gerenciamento de projetos.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan. Com Pandemia, Busca Por Empréstimos Cresce, Mas Crédito Bancário Segue Restrito E Caro. 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/16/com-pandemia-busca-por-emprestimos-cresce-mas-credito-bancario-segue-restrito-e-caro.ghtml> >. Acesso em: 16 Abr.

CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de; COSTA, Patrícia de Souza; OLIVEIRA, Alan Teixeira de. Impairment No Setor Público: Particularidades Das Normas Nacionais E Internacionais. Revista de Administração Pública, v. 44, n. 4, p. 839-876, 2010.

CASTRO, Mariangela. Entenda O Fundo Imobiliário Do Governo E Quais Os Desafios Para Criá-Lo. 2018. Disponível em: < <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/entenda-o-fundo-imobiliario-do-governo-e-quais-os-desafios-para-cria-lo/> >. Acesso em: 21 fev. 2020.

CVM. Instrução Cvm Nº 472, Com as

Modificações Introduzidas Pelas Instruções Cvm Nº 478/09, 498/11, 517/11,

528/12, 554/14, 571/15, 580/16, 604/18, 609/19 E 615/19. Brasil 2008.

ESTÁTICOG1. Linhas De Crédito - Instituições Financeiras. 2020. Disponível em: < http://estaticog1.globo.com/2020/04/15/planilha_linhas_decredito_versao_1_09_04_2020.1.pdf >. Acesso em: 16 Abr.

FARIA, Fúlvio Machado. Os Fundos De Investimento Imobiliário (Fiis) Na Administração Pública: Aspectos Orçamentários E Financeiros. Revista Tributária e de Finanças Públicas, v. 138, n. 26, 2019.

FEBRABAN. Crédito Para Reduzir Os Impactos Da Covid-19. Como as Micro, Pequenas E Médias Empresas Podem Se Beneficiar. 2020. Disponível em: < <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2020/4/febraban-credito-para-reduzir-os-impactos-da-covid-19-como-micro-pequenas-e-medias-empresas-podem-se-beneficiar/> >. Acesso em: 16 Abr.

GLOBO.COM. Câmara Aprova Projeto Que Cria Linha De Crédito Para Micro E Pequenas Empresas. 2020a. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/22/camara-aprova-projeto-que-cria-linha-de-credito-para-micro-e-pequenas-empresas.ghtml> >. Acesso em: 23 Abr.

_____. Sebrae Lista Bancos Que Anunciaram Linhas De Créditos Para Micro E Pequenas Empresas. 16 Abr. 2020b. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/04/15/sebrae-lista-bancos-que-anunciaram-linhas-de-creditos-para-micro-e-pequenas-empresas.ghtml> >. Acesso em: 16 Abr.

MARTELLO, Alexandre. Caixa Anuncia Crédito De R\$ 7,5 Bi Para Microempreendedores Individuais E Pequenas Empresas. 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/20/caixa-anuncia-credito-de-r-75-bi-para-microempreendedores-individuais-e-pequenas-empresas.ghtml> >. Acesso em: 22 Abr.

MEPDG. Governo Criará Fundo De Investimento Imobiliário. Brasília, DF, 2017. Disponível em: < <http://www.planejamento.gov.br/noticias/governo-criara-fundo-de-investimento-imobiliario> >. Acesso em: 21 Fev.

RIBAS, Raphaela. Pequenos Empresários Reagem Com Ceticismo a Novo Crédito De R\$ 7,5 Bi Da Caixa. 2020. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/economia/pequenos-empresariosreagem-com-ceticismo-novo-credito-de-75-bi-da-caixa-1-24385042> >. Acesso em: 22 Abr.

SEBRAE. Micro E Pequenas Empresas Geram 27% Do Pib Do Brasil. 2019. Disponível em: < <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD> >. Acesso em: 22 Abr.

SEFAZSP. Governo Do Estado Inicia a Venda Dos Ativos Do Fundo Investimento Imobiliário (Fii) Em Março. 2019. Disponível em: < [https://portal.fazenda.sp.gov.br/Noticias/Paginas/Governo-do-Estado-inicia-a-venda-dos-ativos-do-Fundo-Investimento-Imobili%C3%A1rio-\(FII\)-em-mar%C3%A7o.aspx](https://portal.fazenda.sp.gov.br/Noticias/Paginas/Governo-do-Estado-inicia-a-venda-dos-ativos-do-Fundo-Investimento-Imobili%C3%A1rio-(FII)-em-mar%C3%A7o.aspx) >. Acesso em: 21 fev. 2020.

SOUZA, Fábila Jaiany Viana de; SILVA, Maurício Corrêa da. Bens Públicos: Análises De Registros Contábeis Dos Bens De Uso Comum. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, v. 2, n. 3, p. 73-85, 2012.

ZANANDREA, Vinícius. Avaliação De Fundos De Investimento Imobiliário No Brasil. 2018. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção Universidade de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Equipe FGV Projetos

Diretor Executivo

Luiz Carlos Guimarães Duque

Diretor Técnico

Ricardo Simonsen

Diretor Adjunto do Escritório de São Paulo

Irineu Frare

Elaboração

Autor | Gerente Executivo FGV Projetos

Mauricio Wanderley Estanislau da Costa

Projeto Gráfico

Talitha Guimarães



 **FGV PROJETOS**